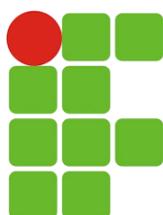


# SEMINÁRIO TEMÁTICO

## UNIVERSIDADES PÚBLICAS PENSANDO MOSSORÓ



---

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN**

Reitor: Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto  
Vice-Reitor: Prof. Esp. Aldo Gondim Fernandes

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA**

Reitor: Prof. Dr. José de Arimatea de Matos  
Vice-Reitor: Prof. Dr. José Domingues Fontenelle Neto

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
RIO GRANDE DO NORTE – IFRN**

Reitor: Prof. Dr. Wyllys Abel Farkatt Tabosa  
Diretor: Prof. Me. Jailton Barbosa dos Santos

---

## COMISSÕES TEMÁTICAS:

### 1. Saúde:

- Prof. Dra. Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes – UERN
- Prof. Dra. Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega – UERN
- Prof. Ma. Antônia Líria Feitosa Nogueira Alvino – UERN
- Prof. Ma. Érica Louise de Sousa Fernandes Bezerra – UERN
- Prof. Esp. Lúcia Musmée Pedrosa de Lima Rangel – UERN
- Prof. Me. Jennifer do Vale e Silva – UERN
- Prof. Ma. Andréa Taborda Ribas da Cunha - UFERSA
- Prof. Esp. Jandira Arlete Cunegundes de Freitas – UFERSA

### 2. Educação, Esporte, Cultura e Lazer:

- Prof. Esp. Aldo Gondim Fernandes – UERN
- Prof. Dr. Ailton Siqueira de Sousa Fonseca – UERN
- Prof. Dr. Francisco das Chagas Sousa Silva – IFRN
- Prof. Dr. Francisco Fabiano Mendes – UERN
- Prof. Ma. Maria Auxiliadora Alves Costa – UERN

### 3. Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas:

- Prof. Dr. Fernando Porfírio Soares de Oliveira – UFERSA
- Profa. Ma. Genivalda Cordeiro da Costa – UERN
- Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha – UFERSA
- Profa. Dra. Maria Ivonete Soares Coelho – UERN

### 4. Segurança Pública e Mobilidade:

- Prof. Dr. Eric Amaral Ferreira – UFERSA
- Prof. Dr. Francisco Chagas, de Lima Júnior – UERN
- Prof. Me. Lauro Gurgel de Brito – UERN
- Prof. Dr. Thadeu de Sousa Brandão – UFERSA

### 5. Meio Ambiente e Sustentabilidade:

- Prof. Me. Wendson Dantas de Araújo Medeiros – UERN
- Prof. Dr. Nildo da Silva Dias – UFERSA
- TNS Esp. Edilson dos Santos Araújo - IFRN

### 6. Infraestrutura Urbana e Habitação:

- Prof. Me. Francisco Alves da Silva Júnior – UFERSA
- Prof. Dr. Jionaldo Pereira de Oliveira – UERN

### 7. Orçamento e Gestão:

- Prof. Dr. Álvaro Fabiano Pereira de Macedo

### 8. Inclusão Digital e Cidade Inteligente:

- Prof. Ma. Magnolia Maria da Rocha Melo – IFRN
- Prof. Dr. Francisco Chagas de Lima Júnior – UERN
- Prof. Dr. Vinícius Claudino de Sá – UERN

---

# Sumário

Apresentação	1
Eixos Temáticos	2
1.Saúde	3
2.Educação, Esporte, Cultura e Lazer	5
3.Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas	7
4.Segurança Pública e Mobilidade	9
5.Meio Ambiente e Sustentabilidade	11
6.Infraestrutura Urbana e Habitação	13
7.Orçamento e Gestão	15
8.Inclusão Digital e Cidade Inteligente	17
Considerações Finais	19

## Apresentação

---

A interação e maior articulação entre as universidades públicas e o poder público municipal local constitui-se um dos grandes desafios de nosso tempo. Pensar o desenvolvimento local/municipal e propor alternativas que contribuam para uma gestão pública eficiente, e que induza e proporcione a melhoria da qualidade de vida da população residente, deve ser o objetivo tanto das universidades públicas quanto do poder público local.

Nessa perspectiva, o Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte, constituído pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), lançou o desafio de pensar as cidades (Natal e Mossoró). O Seminário Temático Universidades Públicas Pensando Mossoró, constitui-se parte desta iniciativa do Fórum de Reitores, e é coordenado pela universidade pública que tem suas sedes e funcionamento em Mossoró, quais sejam UERN, UFERSA e IFRN.

Antecedendo ao Seminário as Universidades Públicas com sede em Mossoró, reuniram-se cerca de 30 servidores, entre professores pesquisadores e técnicos administrativos, especialistas, mestres e doutores, para pensar sobre temas considerados centrais para o desenvolvimento, e que exijam ação/intervenção eficiente da gestão do Poder Público local.

O presente documento, portanto, constitui-se um consolidado de estudos e discussões e congrega linhas de ações sobre 8 (oito) eixos temáticos: Saúde; Educação, Esporte, Cultura e Lazer; Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas; Segurança Pública e Mobilidade; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Infraestrutura Urbana e Habitação; Orçamento e Gestão; Inclusão Digital e Cidade Inteligente.

Consideramos que os conhecimentos aqui agregados contribuem para uma forma eficiente e estratégica de conduzir a gestão pública, sendo, portanto, indispensáveis, pois, aos próximos gestores de Mossoró, ao mesmo tempo em que demonstra as possibilidades técnicas e científicas das contribuições de nossas Instituições Públicas de Ensino Superior pois que compreendemos que as três Universidades públicas locais vivem Mossoró e pesquisam os seus desafios cotidianamente, o que se constata nas monografias, dissertações e teses produzidas nos cursos de graduação e programas de pós-graduação (Mestrados e Doutorados) destas instituições, bem como, nos numerosos livros e trabalhos publicados em revistas especializadas e/ou em Anais de eventos acadêmicos científicos, o que nos mostra a importância das pesquisas e o potencial do conhecimento produzido, passível de aplicação, na busca de caminhos e soluções para os problemas vigentes.

Os temas abordados neste documento representam parte desses estudos e pesquisas, com diversidades de visões e abordagens teóricas próprios do ambiente acadêmico, pelo que se configura como um texto plural, unificado quanto ao compromisso institucional com a cidade, o município. Em sua diversidade, os textos apontam as prioridades nas gestões da maioria das cidades brasileiras, em especial, em Mossoró, bem como reforçam o compromisso da UERN, UFERSA e do IFRN com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do Brasil, em particular, de Mossoró.

## Eixos Temáticos

---

1. Saúde.
2. Educação, Esporte, Cultura e Lazer.
3. Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas.
4. Segurança Pública e Mobilidade.
5. Meio Ambiente e Sustentabilidade.
6. Infraestrutura Urbana e Habitação.
7. Orçamento e Gestão.
8. Inclusão Digital e Cidade Inteligente.

# 1. Saúde

---

## O fortalecimento e defesa do sistema único de saúde

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) é o caminho para garantir o direito à saúde, no Brasil e em cada um dos municípios brasileiros. No SUS, as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada por níveis de complexidade de atenção. Este sistema propõe um novo modelo de planejar, organizar e gerir as ações e serviços de saúde baseados nos princípios da universalidade, integridade e equidade. Por isso, seu fortalecimento e defesa devem ser o compromisso prioritário de qualquer gestor municipal.

Com base nesse entendimento, e considerando as discussões e debates que culminaram no relatório final da 7ª Conferência Municipal de Saúde de Mossoró, realizada em julho de 2015, que tratou do tema “Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas. Direito do povo brasileiro”, em consonância com as etapas Estadual e Federal da 15ª Conferência Nacional de Saúde, apresentam-se as seguintes propostas, consolidadas em 8 (oito) eixos temáticos para o quadriênio 2017-2020, objetivando contribuir para a integração da promoção, proteção e recuperação da saúde do município de Mossoró.

### 1. Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade

- Garantir a manutenção dos serviços de saúde existentes em Mossoró, condicionando quaisquer mudanças a um amplo debate e aprovação da sociedade mossoroense, em especial das instituições de saúde e educação, por meio de seus representantes;
- Priorizar a Atenção Básica na aplicação dos recursos municipais para a área da saúde;
- Reorganizar o processo de territorialização em saúde do Município de Mossoró, de modo a contemplar o redimensionamento dos territórios e suas populações adstritas, conforme a legislação vigente;
- Construir, reformar e ampliar as Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- Ampliar o número de profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- Reorganizar os serviços de urgência/emergência, adquirindo e recuperando equipamentos e ambulâncias, bem como ampliando o quantitativo de profissionais especializados;
- Assegurar, à população, a continuidade do cuidado em saúde, em todas as suas modalidades, nos serviços hospitalares e em outras unidades integrantes da rede de atenção;

### 2. Participação Social

- Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, garantindo o suporte financeiro, organizacional e pedagógico para o pleno exercício de suas funções;
- Implantar a Política Municipal de Participação Social em Saúde, incluindo a criação dos conselhos locais de saúde e incentivando os processos de gestão participativa;

### 3. Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

- Desprecarizar o trabalho no SUS, diante de demandas provenientes de diversas categorias, garantindo vínculos estáveis e melhores condições de trabalho;
- Atualizar e implementar, mediante diálogo com os profissionais da rede municipal de saúde, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- Fortalecer a Integração ensino-serviço, principalmente através dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino e Saúde – COAPES;
- Planejar e avaliar os processos formativos, de forma compartilhada com as instituições de ensino e programas de residência em saúde, garantindo: a autonomia progressiva do estudante no

desenvolvimento de competências em serviço e sua integração no processo de trabalho em saúde, para a reorganização do modelo assistencial;

- Implantar a Rede Escola Municipal em Saúde, com incentivo ao desenvolvimento de parcerias entre instituições de ensino superior, para projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar e incentivar as Residências em Saúde, na rede municipal de Saúde;
- Fortalecer a política de Educação permanente nos Serviços de saúde, em parceria com as Universidades Públicas;

#### **4. Financiamento do SUS e Relação Público-Privado**

- Garantir a prestação direta dos serviços de saúde, pelo poder público, evitando a terceirização dos mesmos;
- Aplicar os recursos financeiros de acordo com o Plano Municipal de Saúde, de modo a garantir sua fiscalização e transparência;

#### **5. Gestão do SUS**

- Nomear recursos humanos tecnicamente qualificados, pertencentes ao quadro efetivo do município, para ocupar cargos de chefia, gerência e coordenação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a ser viabilizado mediante política de remuneração para o exercício da função;
- Conferir autonomia política e financeira à gestão da Secretaria Municipal de Saúde, para fins de execução da Política Municipal de Saúde;

#### **6. Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS**

- Implantar uma Política de Comunicação, Informação e Informática em Saúde, com vistas ao estabelecimento de um pacto municipal pela democratização e qualidade da comunicação e informação em saúde;
- Criar comissões de comunicação e informação em saúde;
- Fortalecer a comunicação da gestão dos conselhos e dos profissionais de saúde com a sociedade por intermédio de diferentes instrumentos de comunicação e informação como uma ferramenta de gestão;

#### **7. Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS**

- Garantir a informatização e a conectividade, nas Unidades de Saúde, para o adequado funcionamento do eSUS, prontuário eletrônico e teleconsultoria;
- Realizar eventos científicos em parcerias com as universidades públicas, para divulgação das experiências exitosas desenvolvidas nos Serviços de Saúde;
- Incentivar a participação dos profissionais de saúde em eventos científicos promovidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES);
- Realizar parcerias com as Universidades Públicas, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando a atender às necessidades sociais da população e a contribuir para o desenvolvimento sustentável do município de Mossoró;

#### **8. Reformas Democráticas e Populares**

- Formular e executar o plano municipal de saúde, respeitando as deliberações das conferências de saúde, em níveis Nacional, Estadual e Municipal, e do Conselho Municipal de Saúde (CMS);
- Garantir o serviço de Ouvidoria do SUS como espaço de participação popular, instrumento de qualificação da gestão e de disseminação de informações.

## 2. Educação, Esporte, Cultura e Lazer

---

### A cidade como grande espaço educador e de formação cidadã

A educação é uma prática social. Historicamente, tem sido reconhecida como instrumento fundamental no processo de mudanças sociais. Priorizar a educação como política de desenvolvimento econômico, social, profissional e humano, passou a ser uma decisão urgente de todas as esferas de poder. O desenvolvimento de projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida das pessoas tem se constituído uma prática coletiva da rede de cidades educadoras existente no mundo, por meio da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), com sede em Barcelona. A rede brasileira de cidades educadoras conta com a associação de quatorze cidades (dados de 2012), coordenada pela cidade de Sorocaba-SP. São princípios das cidades educadoras: trabalhar a escola como espaço comunitário, trabalhar a cidade como grande espaço educador, aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas, valorizar o aprendizado vivencial e priorizar a formação de valores.

### Pensando Mossoró como espaço educador

Pensar Mossoró como espaço educador e de formação cidadã não depende da vontade de um gestor municipal, isoladamente. Envolve a necessidade de estudos, diagnósticos e definição de ações coletivas, com participação popular e de instituições educacionais e setores ligados à saúde, meio ambiente, cultura, esporte, lazer, entre outros. Neste sentido, será necessária a realização de seminários, fóruns que discutam a temática e proponham as diretrizes gerais e específicas para o município de Mossoró.

Consolidar, hoje, uma política de Educação, cultura, esporte e lazer é um enorme desafio à Administração Pública Municipal, se esta eleger como norte o desenvolvimento das diversas potencialidades humanas da cidade. Essas políticas devem dar suporte à consolidação da justiça social, da igualdade de oportunidades, da convivência com a diversidade e consolidação da formação integral e efetiva da cidadania. Um município sem educação e sem política cultural sólida está fadado ao fracasso, a estar sempre à deriva e no descaminho do desenvolvimento sustentável.

Ter a educação como princípio norteador da gestão pública municipal, de modo a contribuir para a formação integral e permanente de seus cidadãos. Esse princípio se torna uma das mais eficientes estratégias para a construção de uma cidade inteligente, comprometida com o desenvolvimento e o futuro.

Criar redes de sociabilidade/comunicacionais pautadas nos valores éticos e humanos que desenvolvam e garantam a construção da cidadania e do convívio com outro.

Pensar a cidade como espaço educador, garantindo políticas públicas de revitalização dos espaços culturais já existentes e criando novos, objetivando o desenvolvimento de expressões artísticas, culturais e de lazer para todos.

Criar espaços públicos para a leitura, pesquisa e informação, em diferentes partes da cidade, para garantir, com isso, a inclusão educacional, a formação intelectual, o preparo profissional e o desenvolvimento da capacidade cognitiva dos usuários desses serviços.

Políticas educacionais que promovam grandes redes de debates, fóruns, seminários, feiras científicas e outros, com o objetivo de desenvolver o espírito crítico e a construção de novos saberes, para a promoção da cidadania, do respeito, da ética e dos valores humanos.

Integrar, em atividades educacionais, culturais, de lazer e esporte, os jovens que estão fora do mercado de trabalho e da escola, com o objetivo de contribuir para a diminuição da violência, uso de drogas e prostituição.

Garantir a execução do Plano Municipal de Educação (Lei 3.298/2015), cumprindo as 20 metas com suas respectivas estratégias. O cumprimento do PME (2015-2025) garante uma política para a universalização da educação infantil e educação básica, bem como uma política específica para a educação superior, educação profissional, e combate ao analfabetismo. Garante a valorização dos profissionais da educação e o desenvolvimento dos princípios de uma gestão democrática, entre outros.

Uma cidade que valoriza sua história pensa o presente e assume compromisso com o futuro, investe na criação de Secretaria de Cultura, de forma a assegurar seu patrimônio histórico, artístico, cultural e criativo da cidade.

Instituir um programa de bolsas de monitoria com as instituições de Ensino Superior, como forma de utilização de monitores em todos os espaços destinados às práticas de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Desenvolver meios para fazer funcionar mais efetivamente a Lei Municipal Maurício de Oliveira/Incentivo à Cultura;

Ampliação dos recursos destinados ao edital de fomento à cultura, no intuito de haver ações de cultura de execução descentralizada, ou seja, mais presentes nos bairros;

Implantação plena da Escola de Artes, incluindo aspectos legais, e, por conseguinte, abertura de concurso para profissionais (professores e técnicos) específicos atuarem na referida escola;

Instituir uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer comprometida com a educação integral do sujeito cidadão;

Implantar políticas permanentes de animação de esporte e lazer, na zona urbana e rural do município, com a presença constante de profissionais qualificados para o desenvolvimento das ações.

Reestruturar o Departamento de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação, qualificando-o para uma ação sistemática de prática da educação física escolar e esporte educacional, nos diferentes níveis de ensino da educação básica, ministrada por profissionais qualificados, inclusive, ofertando uma formação continuada a esses profissionais, durante todo o período letivo.

Criar centros desportivos em pontos estratégicos do município, com o fim de difundir e ampliar a prática ofertada aos cidadãos, nas diversas modalidades esportivas, somando esforços com as lideranças comunitárias.

Criar, nos diversos bairros da cidade, novos espaços próprios para a prática de atividades físicas de esporte e lazer, utilizando ruas e avenidas, nos padrões da Avenida Rio Branco, incluindo a instalação de ciclovias, parques infantis (*playground*), academia da saúde e outros equipamentos do gênero, possibilitando a participação da criança, de jovens e de adultos.

### 3. Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas

---

#### 1. O município, a cidade, e o pacto federativo para o desenvolvimento:

Os municípios brasileiros têm por desafio atender às exigências das instituições fiscalizadoras do Estado e suprir as necessidades básicas da população. Neste sentido, buscando atender ao previsto no Pacto Federativo Brasileiro. Nessa perspectiva, o Poder Público Municipal deve atuar de forma indutiva ao desenvolvimento econômico que potencialize seus recursos junto à sociedade local e regional. Para tanto, devem observar conceitos, procedimentos e regras relacionados à capacidade e intencionalidade das políticas públicas municipais, em gerar tal desenvolvimento.

O desenvolvimento pode ser entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida, bem como, de ampliação de capacidades e graus de liberdade das pessoas. Neste contexto, os recursos públicos municipais são um elemento central para qualquer administração, pelo fato de suas aplicações, em políticas públicas em especial, se apresentarem como estímulos constantes no intuito de atender as demandas do desenvolvimento.

Registra-se que esta abordagem é centrada na perspectiva de formulação de políticas públicas para efetuar transformações sociais, econômicas e institucionais, na sociedade, na medida em que busca integrar as políticas públicas municipais e seus possíveis efeitos, em particular, nas políticas de Educação, Saúde e Emprego e Renda. Tais efeitos contribuem para uma melhor compreensão das condições reais dos municípios, alinhadas a suas responsabilidades, atribuições e competências imediatas advindas do pacto federativo.

#### 2. Pensando o município de Mossoró:

Os municípios do Nordeste se enquadram, técnica e politicamente, para o desenvolvimento econômico por meio da lógica do capital, submetidos a uma racionalidade privada, pela indução dos recursos públicos; outros, ainda, são organizados por elites políticas locais e empresas com menor poder econômico.

No contexto de desenvolvimento regional, Mossoró apresenta se enquadrar em uma racionalidade privada, por apresentar indícios de modernidade no semiárido nordestino, com uma organização espacial urbana capaz de permitir e facilitar a realização do capital.

Para compreender a dinâmica de produção e organização do espaço urbano das cidades nordestinas, é preciso contextualizá-las no processo maior das superposições históricas da divisão territorial do trabalho nesta região e, ainda, PENSAR MOSSORÓ à escala nacional e global.

Nessa direção, significativo entender políticas públicas para o desenvolvimento territorial que se configuram aparentemente, responsáveis pela valorização dos municípios no Nordeste brasileiro, e que se estruturam para atender às pautas reclamadas pelo capital, sob um discurso conveniente do desenvolvimento econômico e social, e da promessa de serviços públicos modernos e empregos vindouros. Esta abordagem muitas vezes se sobrepõe às políticas de emprego e renda em relação aos demais serviços públicos de responsabilidade dos municípios, e que são igualmente importantes. O uso competitivo do município beneficia as grandes empresas que dispõem de maiores possibilidades para utilização dos municípios mais aptos à sua instalação, ou para a transformação dos antes inaptos em lugares favoráveis ao capital.

O fato de Mossoró concentrar as principais atividades econômicas, culturais, de lazer e serviços, bem como os investimentos no setor público da saúde, educação, infraestrutura, fez com que se conformasse em centro regional de atração de pessoas que, somando-se ao contingente de habitantes da cidade, superdimensionam e ampliam os problemas de falta de moradia, carência de serviços básicos, falta de emprego, entre outros. É evidente que a inserção de Mossoró na lógica empreendedora capitalista de desenvolvimento não se reflete necessariamente em um benefício direto para sua população local, em especial, a população rural, que sempre fica à margem da lógica, quando se pensa as cidades.

### **3. Desenvolvimento municipal e políticas públicas**

As políticas públicas para o desenvolvimento municipal, apresentadas neste documento, devem refletir estratégias de Estado e não de governos, onde o maior desafio consiste na formulação de políticas públicas de longo prazo que garantam o bem-estar da sociedade. Nesta direção, as políticas devam apresentar aspectos que promovam a oferta de serviços públicos, estruturantes e universais, capazes de induzir o desenvolvimento.

Neste sentido, o Município de Mossoró, como um Polo indutor de sua microrregião deve desenvolver estratégias compartilhadas com os demais municípios, no intuito de enfrentar os efeitos advindos da escassez de recursos públicos, potencializando, assim, serviços públicos por meio da eficiência na gestão compartilhada. Nesta perspectiva, aponta-se como sugestões:

1. Gestão compartilhada com os demais municípios na microrregião, com a criação de sistemas de gerenciamento dos municípios, de forma integrada;
2. Integração municipal e intermunicipal dos serviços de saúde, educação e emprego e renda;
3. Criação de mecanismos de participação direta da população no uso e monitoramento dos serviços;
4. Parceria com o setor privado para desenvolver mecanismos de gestão;
5. Governança da ferramenta de Gestão Compartilhada municipal, com a formatação de um comitê de governança política das instituições locais, (Universidades públicas, organizações da sociedade civil), e em articulação com o Ministério Público Estadual e Federal, Prefeituras, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas da União, garantam a transparência de suas ações.

Ressalta-se que tais iniciativas poderão minimizar a “guerra” entre os municípios, na busca por lugares “produtivos”, não excluindo lugares considerados menos produtivos pelo capital, potencializando uma lógica territorial para o desenvolvimento. Criando, assim, uma cooperação entre municípios, empresas e Estados, para indução do desenvolvimento.

## 4. Segurança Pública e Mobilidade

---

Nossa perspectiva é a de que o município tem um papel a cumprir, que é fundamental e está na Constituição Federal de 1988. É necessária uma efetiva **Municipalização da segurança pública e da mobilidade urbana com participação cidadã**. Abaixo, relacionamos as principais sugestões e proposições.

### Segurança Pública:

1. A formação e efetivação de um Conselho Municipal de Segurança Pública e Direitos Humanos, com seus efetivos conselhos de bairro e com participação ampla da sociedade, do poder público e das instâncias da Segurança Pública;
2. A construção e implementação de um Plano Municipal de Segurança Pública, incluindo a sociedade civil em sua discussão;
3. Formação e implementação de um "Comitê de Direitos Humanos e Prevenção à Violência";
4. Elaboração de um diagnóstico, sério e acadêmico, da violência na cidade e no campo, para guiar as ações da segurança pública no município;
5. A integração das secretarias de segurança, saúde, educação e desenvolvimento social na construção dos projetos de prevenção à violência e na elaboração e consecução do "Programa Integrado de Combate à Violência e Cidadania";
6. Efetivação de políticas de cultura e lazer, priorizando a juventude dos bairros mais vitimizados pela violência;
7. Uma valorização da Guarda Civil Municipal como principal atora no processo de aproximação e participação popular nas políticas públicas de segurança do município, além de seu papel de salvaguardar prédios e espaços públicos;
8. Aporte estrutural em termos de iluminação pública adequada, assim como a realização de parcerias (Público-Privadas ou não) com a comunidade, para a colocação de câmeras em locais estratégicos e de maior índice de vitimização; além disso, fortalecimento do CIOSP (Centro Integrado de Operações de Segurança Pública), para a vigilância e operacionalização das informações oriundas das câmeras;
9. Fortalecimento do GGI (Gabinete de Gestão Integrada) de Segurança Pública no Município, desatrelando-o de caráter político, e permitindo que ele se torne uma instância executora de ações integradas e de planejamento na área, pondo em prática o "Programa Integrado de Combate à Violência e Cidadania".

### Mobilidade Urbana:

A Política Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU) cuida especificamente dos deslocamentos dos sujeitos e das cargas no espaço territorial da cidade e deve ser integrada a esse desenvolvimento urbano, integrando a gestão do uso do solo, a habitação, o saneamento ambiental, os serviços públicos, o lazer, o transporte e a infraestrutura. Trata-se de uma responsabilidade constitucional do Poder Público municipal. Esse assunto precisa ser levado a sério pelas administrações locais, porque a mobilidade urbana eficiente é pressuposto para se efetivar o bem-estar das pessoas. Essa realidade sugere a necessidade de medidas locais, mais urgentes.

1. Criar e implantar o Conselho de Transporte e Mobilidade, definindo suas competências e a estrutura de funcionamento, além de garantir-lhe o funcionamento contínuo;
2. Planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, mediante ampla participação e controle social (democracia participativa);

3. Instituir e executar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, priorizando os modais menos poluentes, menos congestionantes e mais ágeis em deslocamento (ciclovias, corredores exclusivos, desobstrução, iluminação e padronização das calçadas) e a segurança das pessoas, além de reorganizar o sistema de estacionamento;
4. Promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano, fixando as tarifas, os itinerários, a frequências e o padrão de qualidade dos serviços;
5. Prestar, direta ou indiretamente, os serviços de transporte público coletivo urbano, e combater o transporte ilegal de passageiros;
6. Eliminar, reduzir ou administrar o trânsito junto aos Polos Geradores de Tráfego (PGT);
7. Promover a substituição progressiva do serviço de moto-táxi pelo transporte público coletivo;
8. Capacitar, continuamente, pessoas sobre a política de mobilidade urbana, em parceria com as instituições locais de ensino superior.
9. Assegurar a participação dos sujeitos e das instituições engajados na questão da inclusão das pessoas com deficiência
10. Investir no uso misto do solo, com objetivo de diminuir as distâncias viajadas através do:
  - Fortalecimento dos comércios e atividades econômicas nos bairros
  - Legislação que permita e estimule que comércio e moradia se conjuguem em um mesmo edifício
  - IPTU progressivo e diferenciado, para que se evitem especulações imobiliárias, terrenos de engorda nos centros das cidades.
  - Revitalização das áreas centrais, onde as infraestruturas urbanas já se encontram consolidadas.
  - Por um crescimento que evite o espalhamento da cidade em condomínios que privilegiem as classes que fazem uso majoritário dos veículos privados
11. Melhorar o Sistema Viário incentivando o uso racional do espaço urbano através do:
  - Investimento em calçadas acessíveis, onde o mossoroense possa realizar uma caminhada livre de qualquer obstáculo,
  - Criação de um sistema cicloviário, adoção de vias preferências para o transporte público.
  - Prioridade de investimentos e operação nas vias (semáforos, reversão de faixas etc.) para os meios de transportes sustentáveis, em primeiro lugar, e somente em raríssimas exceções aos veículos particulares.
12. Criar sistema de transporte público eficiente e diversificado:
  - Investimento em transportes públicos, sejam estes por ônibus, bicicletas compartilhadas ou outros modais que venham a fazer uso racional dos sistemas viários e dos meios de transportes.
13. Adotar sistemas inteligentes de gerenciamento de transportes:
  - Plataforma em formato aberto, para que órgãos públicos e cidadãos possam a interagir e contribuir para a disseminação da informação. Investimento em pessoal e tecnologia que possam fornecer informações em tempo real dos modos de transportes, custos e velocidade dos modos públicos de transportes.
14. Adotar sistemas computacionais de apoio à tomada de decisão que permitam:
  - Definir a dinâmica direcional do tráfego nas ruas e avenidas (definir caso de “mão única”, ou bidirecional), de forma a promover a otimização do fluxo.
  - Definir estratégias de organização do transporte coletivo que permitam minimizar o custo operacional e tempo de espera do usuário, sem comprometer a segurança do mesmo.

## 5. Meio Ambiente e Sustentabilidade

---

### **Eixo Temático 1: Gestão dos resíduos sólidos urbanos:**

- Otimizar, de forma progressiva, a coleta dos materiais recicláveis, visando à meta de coletar 50% dos materiais recicláveis do município, com metas progressivas anuais;
- Estruturar a coleta do resíduo eletrônico, lâmpadas fluorescentes e demais componentes, e por meios da logística reversar nos contratos estabelecidos pelo município com os fornecedores, melhorando também nos locais onde já existam coletores dos demais resíduos;
- Incluir a coleta do resíduo eletrônico, lâmpadas fluorescentes, nos locais onde já existam coletores dos demais resíduos;
- Gerenciar os resíduos biodegradáveis (podas de árvores, restos de alimentos etc.) por meios da compostagem industrial, e utilizar o composto maturado em horto florestal, canteiros e outras áreas verdes da cidade;
- Implantar um plano de coleta de resíduos animais e melhorar a gestão da destinação desses resíduos coletados pelo Município;
- Legislar para adotar a logística reversa para os setores comercial e industrial do município;
- Criar um programa de energias limpas e renováveis, utilizando o gás metano proveniente do lixo orgânico, e transformá-lo em bioenergia.

### **Eixo Temático 2: Controle da poluição ambiental:**

- Implementar um programa de despoluição e recuperação do Rio Mossoró, realizando o controle da emissão de esgotos não tratados, a remoção dos aguapés, o desassoreamento do rio e a revegetação da mata ciliar;
- Promover a inspeção veicular ambiental, para verificar se os níveis de emissão de poluentes (monóxido de carbono e hidrocarbonetos) e ruído estão de acordo com os limites considerados aceitáveis;
- Estruturação do órgão municipal de meio ambiente, com realização de concurso público para ampliação do seu quadro efetivo;
- Controlar e fiscalizar a emissão de gases poluentes de atividades comerciais e industriais (padarias) e a poluição sonora (paredões, bares, restaurantes) em diversos pontos e horários da cidade, inclusive por meio de campanhas educativas;
- Punição das empresas poluidoras, com a reversão dos recursos das multas para um fundo público municipal de meio ambiente;

### **Eixo Temático 3: Planejamento urbano e ambiental:**

- Revisão do plano diretor da cidade, com a inserção de estudos de riscos ambientais voltados ao ordenamento territorial (processo de expansão urbana) e à adaptação/resiliências a processos perigosos (cheias e inundações, por exemplo);
- Mapeamento de áreas de risco ambiental e de segurança no processo de verticalização urbana;
- Criação de um centro de defesa civil para controle das enchentes, com informações online das áreas de alagamento;
- Realizar obras preventivas para o controle de enchentes, como a construção de lagoas de captação de águas pluviais nas áreas de maior risco;
- Atualização da legislação ambiental do município (escolha de novas unidades de conservação etc.);
- Criação de novos parques (região dos bairros Abolição/Santa Delmira e no Alto da Conceição) e estruturação do parque municipal da cidade, visando a maior número de espaços para recreação e trabalhos de educação ambiental (trilhas, pistas de skate, ciclovias, coretos, anfiteatro etc.).

### **Eixo Temático 4: Recuperação de áreas degradadas**

- Revitalização de córregos urbanos e lagoas naturais;
- Recuperação da mata ciliar do rio Mossoró;
- Ampliar a arborização das ruas da cidade, especialmente nas áreas mais desprovidas.

**Eixo Temático 5: Educação Ambiental:**

- Reestruturar NEAS e promover a educação ambiental nas escolas e em bairros, e incentivar a realização de campanhas educativas;
- Fomentar a elaboração de uma política pública que estimule a prática da compostagem doméstica em bairro, com a finalidade de reduzir a disposição do lixo orgânico em aterros sanitários, e incentivo à criação de hortas comunitárias;
- Criação de centro de educação ambiental nos parques da cidade, um ambiente de diálogo sobre educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, aliados à preservação do ambiente, cuidados com o lixo e, ainda, a reciclagem e o aproveitamento dos resíduos;
- Formar comitês mirins, no âmbito da bacia hidrográfica, com os alunos das escolas municipais, para a gestão compartilhada.

**Eixo Temático 6: Preservação de ecossistemas urbanos**

- Criar novas unidades de conservação;
- Incentivar a criação de reservas ambientais particulares, trazendo incentivos fiscais para os proprietários e contribuindo para preservação do ambiente;
- Promover a segurança alimentar e a qualidade dos espaços urbanos com a implantação de hortas urbanas agroecológicas, em terrenos ociosos;
- Implantar áreas verdes urbanas em vazios urbanos e praças de bairros;
- Substituir, gradativamente, a vegetação exótica invasora por espécies nativas, na mata ciliar do rio Mossoró e nos logradouros públicos.

**Eixo Temático 7: Gestão ambiental na administração pública:**

- Tornar a administração pública sustentável com a implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) em todos os órgãos da administração municipal;
- Formação de Comitês de Combate ao mosquito *Aedes aegypti*;
- Formação de Comitês/grupos para trabalhar a valorização e resgate das espécies da fauna e flora da Caatinga.

## 6. Infraestrutura Urbana e Habitação

---

A saúde física e mental das pessoas está atrelada às suas condições de vida. Estas, intrinsecamente, necessitam de uma infraestrutura adequada em seu entorno para que desenvolvam hábitos saudáveis.

As moradias são os principais locais em que os indivíduos passam suas vidas. Logo, estas devem possuir elementos adequados para que possibilitem ao seu habitante prazer e saúde, sem interferir negativamente no exterior e/ou em outras pessoas.

A infraestrutura adequada possibilita melhor qualidade de vida, crescimento saudável da população, atraindo financiamento externo ao município, seja com implantação de serviços ou utilização destes.

Desta forma, sugere-se como metas de melhorias neste quesito para a cidade de Mossoró:

- **Construção e adequação das condições de saneamento da cidade, com implantação de sistemas de coleta coletiva, tratamento e destinação adequada ao rio Mossoró.** Os efluentes muitas vezes são despejados nas galerias de águas pluviais e encaminhadas ao rio Mossoró de forma danosa ao meio ambiente, trazendo prejuízos imensos, e que se continuar desta forma, poderá matar este sistema. Somado a isto, em pesquisas recentes, constatou-se que a destinação dos esgotos sanitários das construções de moradias financiadas pelo programa “**Minha casa Minha Vida**” é do tipo Fossa séptica, para tratamento preliminar, e sumidouro com a finalidade de encaminhar as águas de rejeito ao solo. Ocorre que este sistema é muito sensível quando aplicado em zonas urbanas. Todas as residências, com espaçamentos muito próximas entre elas, irão saturar rapidamente o subsolo, dificultando a absorção destes efluentes;
- **Erradicação das moradias em condições miseráveis, com programas sociais de financiamento de casas populares.** As pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza muitas vezes constroem moradias totalmente inadequadas, em papelão, plástico, barro, entre outros materiais. Estas são as chamadas favelas. Este tipo de moradia, aliado a falta de infraestrutura no local (esgotamento sanitário, pavimentação, água potável, energia elétrica), pois estas muitas vezes são construídas sem autorização do poder público ou privado, em locais de invasão, causam muito mais gastos com tratamento de doenças e infraestrutura que a forma preventiva;
- **Implantação de condições de acessibilidade em todos os locais públicos e de circulação.** As condições de calçadas, prédios públicos, praças, parques e os demais locais da cidade, devem possibilitar a livre circulação de pessoas com mobilidade reduzida;
- **Criação de projeto para construção e fiscalização de armazenamento de água nas moradias de forma adequada para evitar a proliferação do vetor *Aedes aegypti*.** Muitas construções armazenam água de forma que possibilita esta proliferação. O combate é fundamental para a diminuição de casos e conseqüentemente mortes;
- **Iluminação pública de forma igualitária em todos os bairros da cidade;**

- **Construção e adequação dos dispositivos de coleta de águas pluviais, aliado a necessidade de destinação de espaço de preservação ambiental e absorção destas águas em locais públicos e privados.** O que deve ser implantado no plano diretor;
- **Pavimentação de ruas que ainda não possuem este serviço, e retificação destes nos locais onde ocorram problemas;**
- **Fiscalização da aplicação do plano diretor da cidade.** Existe a necessidade de igualdade entre as construções aprovadas para a execução pelo poder público municipal. Todos devem respeitar o que ficou acordado para o bem maior do crescimento da cidade.

## 7. Orçamento e Gestão

---

### 1. Realização de consulta pública antes da elaboração do Plano Plurianual (PPA);

**Objetivo:** A consulta pública, antes da elaboração do Plano Plurianual, tem o objetivo de tornar a elaboração do **planejamento orçamentário, de fato participativa**. Como o Plano Plurianual traduz os objetivos, diretrizes, metas e prioridades da administração pública, de modo a nortear à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e, conseqüentemente, a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para que haja uma real participação popular no processo de planejamento público, esta participação deve ter início já na elaboração do Plano Plurianual, onde os problemas e demandas da sociedade poderão ser materializados em programas que integrarão o PPA dando, assim, origem a ações que terão como meta amenizar ou solucionar tais demandas e problemas da sociedade.

Uma sugestão à operacionalização desta consulta pública seria a eleição de delegados, pela comunidade, como também por órgãos de classe e segmentos da sociedade que participariam de audiências públicas para a definição das prioridades a serem inseridas no Plano Plurianual.

### 2. Implantação de um sistema de acompanhamento das metas com indicadores e resultados a ser alcançados bem como atribuição de responsabilidades;

**Objetivo:** Cada programa constante no Plano Plurianual apresenta metas e indicadores capazes de medir o quanto se avança na resolução do problema ou demanda da sociedade, os quais dão origem ao programa, ou seja, indicadores que expressem os resultados alcançados com relação às metas estabelecidas. O objetivo do sistema de acompanhamento das metas e indicadores é tornar transparente o quanto de fato avança no comprimento das metas estabelecidas, por meio da divulgação periódica dos indicadores atrelados a estas metas. Com relação à atribuição de responsabilidades, como cada programa deve ter um gerente responsável por sua execução, deve ser divulgado juntamente com os indicadores, para que possa atribuir responsabilidades sobre os resultados alcançados.

### 3. Implantação do sistema de acompanhamento das metas com indicadores e resultados alcançados no portal da transparência municipal;

**Objetivo:** A inserção do sistema de acompanhamento das metas com indicadores dos resultados alcançados no portal da transparência do município tem o objetivo de tornar público os resultados alcançados pela gestão pública, de modo que a sociedade possa, de fato, conhecer os resultados da aplicação dos recursos públicos.

### 4. Implantação do consórcio intermunicipal de resíduos sólidos e de saúde;

**Objetivo:** A implantação de consórcio intermunicipal de resíduos sólidos pode ser uma opção para geração de receita, uma vez que a criação de aterros sanitários é uma exigência legal, só que os

pequenos municípios têm dificuldades na implantação deste e do conseqüente manuseio dos resíduos sólidos. A formação de parcerias com outros municípios poderá gerar uma fonte de receita considerável, uma vez que temos espaço físico para criação ou expansão do aterro sanitário, com a conseqüente implantação da gestão destes resíduos.

Os consórcios intermunicipais de saúde têm por objetivo incrementar os serviços públicos de saúde prestados à população, por meio da parceria entre os municípios, otimizando as estruturas e recursos do sistema único de saúde. Além de que minimiza o impacto orçamentário no nosso município, pois os agentes envolvidos são corresponsáveis pela aquisição de insumos e pela transferência de recursos ao município-sede do consórcio.

**5. Promover o desenvolvimento local sustentável através do desenvolvimento das potencialidades e da promoção da oportunidade de negócios;**

**Objetivos:** implementação da Lei Geral 123, voltada à Micro e Pequena empresa, com a criação da agência de desenvolvimento municipal, promovendo, assim, a capacitação de empreendedores por meio da instalação da sala do empreendedor. Elaboração de diagnóstico das demandas sociais e econômicas da região. Realização de editais de licitações, exclusivas para ME e EPP, com empresas de base local, além da implantação de centro de elaboração de projetos de captação de recursos.

**6. Implantação de um sistema de informação de custos com a divisão por centro de custo;**

**Objetivo:** Com a implantação do sistema de informações de custos, será possível rastrear, de forma sistemática e organizada, a distribuição dos custos de cada unidade orçamentária, podendo-se, inicialmente, considerar cada secretaria como um centro de custo.

## 8. Inclusão Digital e Cidade Inteligente

Inclusão digital é a tentativa de democratização tecnológica, garantindo a todas as pessoas, especialmente as de baixa renda, o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs). O sucesso de um projeto de cidade inteligente está diretamente ligado ao nível educação e inclusão tecnológica de seus habitantes. Não adianta dotar a cidade de Mossoró de uma infraestrutura de telecomunicações e computação futurista, sem capacitar a população para utilizá-la com eficácia e eficiência. Neste contexto, uma série de iniciativas pode ser realizada pelo poder público municipal, tais como:

1. Realizar parceria com as IES públicas locais, para promoção da inclusão digital na cidade de Mossoró.
2. Capacitar o quadro de professores da rede pública municipal para uso de novas tecnologias educativas, a fim de promover uma transformação cultural que os torne multiplicadores de parceiros no processo de inclusão digital.
3. Promover, em parceria com empresas públicas e/ou privadas, projetos de inclusão digital gratuita para a população de baixa renda, visando a capacitação do trabalhador.
4. Promover a inclusão digital, especificamente para pessoas da terceira idade, através de atividades que demonstrem a utilidade das ferramentas tecnológicas para esta faixa etária.

A gestão municipal deve entender que promover a inclusão digital não significa, apenas, garantir à população o acesso a computadores, internet, etc., mas, consiste no desafio de quebrar paradigmas e tabus que afastam a maioria da população de uma utilização consciente, segura e produtiva, da tecnologia da informação e comunicação – TICs. Este desafio só será alcançado através de investimento maciço em educação de base e uso das ferramentas tecnológicas, de forma natural e cotidiana.

Qualquer proposta para a Gestão Pública Municipal de Mossoró deve levar em consideração que a construção de uma cidade inteligente e humana é algo que não tem prazo para se encerrar, sendo um trabalho que não se encerra em um governo, ou em uma Gestão. Segundo definição do Grupo *SmartCityzen*:

Uma cidade inteligente se manifesta quando a cidade promove o desenvolvimento econômico com justiça social, e sustentabilidade ambiental; além disso adota e desenvolve tecnologias apropriadas para a sua realidade local, usa processos de governança que ajudam a construir uma comunidade alinhada com a cultura, os valores e o estilo de vida que seus residentes desejam manter ou abraçar<sup>1</sup>.

Desta forma uma cidade inteligente trabalha com a implementação de negócios criativos. Estimula a criação de novas tecnologias, a partir do incentivo aos grupos de pesquisa e aos inventores locais. Além disso, favorece a criação de “ecossistemas de inovação”. Torna o serviço público inovador e conectado aos cidadãos.

A discussão de inovação atrelada às políticas públicas é algo que já vem ocorrendo há algum tempo, em outros estados: em Pernambuco, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, onde é apresentado o conceito de Inovação Inclusiva:

Por Inovação Inclusiva entendemos qualquer nova tecnologia voltada à melhoria da qualidade de vida e da renda das pessoas situadas nessa

---

1 <https://smartcityzen.wordpress.com/o-que-sao-cidades-humanas-inteligentes/>

BdPS (Base da Pirâmide Social), desenvolvidas por elas próprias ou para elas por outros agentes científico-tecnológicos e econômicos<sup>2</sup>.

Nesta perspectiva, a inovação é item fundamental para um município que busca atender aos anseios da sociedade, quanto a Qualidade de Vida, Geração de Emprego, Saúde, Cultura, Educação, Segurança e Lazer. Isso é possível através do apoio à Criatividade e à inovação. Seja na gestão pública, ou na iniciativa privada.

As Instituições de Ensino Superior de Mossoró têm interesse em apoiar a Concepção de projetos que viabilizem as metas proposta para a formação da Cidade Inteligente e Humana. Os laboratórios instalados e os pesquisadores pertencentes a estas instituições podem contribuir na inovação e na construção de novas tecnologias.

Além disso, pode-se oferecer à cidade os seguintes programas vinculados à inclusão digital e concepção de cidades inteligentes:

- **Mobilidade:** através da conexão dos meios de transportes públicos, com modernos sistemas de gestão. Definindo as melhores rotas, as formas mais operacionais de atender as pessoas, para que estas usem o sistema público de transporte.
- **Segurança:** identificação dos pontos de maior vulnerabilidade, e buscar atuar na resolução de problemas que possam amenizar os crimes cometidos. Podem ser usadas câmeras de captação de imagens, em locais de maior risco, ocupação de terrenos baldios, iluminação pública, campanhas sobre os perigos das drogas.
- **Capacitação para a inovação:** Juntamente com as IES, apoiar a formação dos professores da rede pública municipal de ensino, para atuar na formação dos jovens, com vista a desenvolver uma cultura de inovação. Apoiar a participação em feiras de eventos. Apoiar o registro de patentes e a criação de investidores anjos.
- **Inclusão digital:** Criação de projetos que apoiem a inclusão digital e a conectividade entre as pessoas e os serviços públicos.
- **Talentos especiais:** Parceria com as IES, para receber os jovens de Mossoró com talentos especiais para as Ciências. Nas escolas públicas serão selecionados os jovens que se diferenciam dos demais por terem talentos especiais para as Ciências, e para estes serão disponibilizadas atividades extraclasse, para aproveitar-lhe o potencial e, assim, estimular o interesse pelas áreas da matemática, física, química e demais disciplinas das ciências naturais.

---

<sup>2</sup> <http://www.secti.pe.gov.br/inovacao-inclusiva/>

## Considerações Finais

---

O presente documento oriundo do Seminário Temático Universidades Públicas Pensando Mossoró, entregue aos postulantes à Prefeitura de Mossoró, nas eleições de 2016, constitui-se um trabalho de muitas mãos, síntese dos conhecimentos produzidos no âmbito da UERN, UFERSA e IFRN.

Consideramos que os temas aqui abordados contribuem para uma forma eficiente e estratégica de conduzir a gestão pública, sendo, portanto, indispensáveis aos próximos gestores de Mossoró, ao mesmo tempo em que demonstram as possibilidades técnicas e científicas das contribuições de nossas Instituições Públicas de Ensino, pois compreendemos que as três Universidades públicas locais vivem Mossoró e pesquisam os seus desafios cotidianamente. Com diversidades de visões e abordagens teóricas próprios do ambiente acadêmico, o presente documento configura-se como um texto plural, unificado na visão de compromisso institucional com a cidade e o município, daí que, na sua diversidade, os textos apontam as prioridades nas gestões da maioria das cidades brasileiras, particularmente, Mossoró, ao mesmo tempo em que, reforçam o compromisso com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do Brasil e, em particular, de Mossoró.

Nessa perspectiva faz-se necessário reconhecer que a gestão, numa cidade do porte de Mossoró, é uma tarefa árdua que precisa ser compartilhada entre poder municipal, instituições e população. Neste contexto, a UERN, a UFERSA e o IFRN se colocam à disposição do Poder Público Municipal, a fim de contribuir para a gestão municipal com o estabelecimento de parcerias e colaborações, para o enfrentamento dos grandes problemas e desafios de induzir e materializar o desenvolvimento, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população residente.

Nessa direção, a oferta, por parte das universidades e do Instituto Federal, do presente documento aos postulantes aos cargos de prefeito e vice-prefeito, nas eleições de 2016, demonstra o desejo de pautar temas e contribuir para a gestão dos eleitos, com vistas a maior interação e articulação entre instituições, criando, assim, um ambiente favorável ao uso e à aplicação dos conhecimentos produzidos, além do estabelecimento de parcerias e convênios que envolvam servidores e discentes.

Em síntese, consideramos que o presente documento e o seminário ensejam um protagonismo de nossas instituições públicas de ensino, em se abrirem às demandas da sociedade e do poder público local, ao mesmo tempo em que desafiam o protagonismo dos futuros gestores municipais a ampliarem as relações com as UERN, UFERSA e Instituto Federal.

Acreditamos no futuro. Acreditamos em Mossoró.

Mossoró (RN), 13 de setembro de 2016.

---

Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto  
Reitor UERN

---

Prof. José de Arimatea de Matos  
Reitor UFERSA

---

Prof. Jailton José Barbosa  
Diretor Unidade Mossoró IFRN.